

O escândalo pode ser positivo

* 3 NOV 1993 JORNAL DA TARDE BOLÍVAR LAMOUNIER

Bem conduzido pelo Congresso e pelas lideranças sérias deste País, esse episódio da Comissão de Orçamento poderá trazer resultados altamente positivos. Embora recheado de ingredientes grotescos, ou talvez por isso mesmo, ele traz em seu bojo um potencial enorme de avanço e aperfeiçoamento institucional. Mas, se há um potencial, também há riscos a serem evitados. Pelo menos três deles precisam ser fixados com absoluta clareza. **Primeiro**, evitemos confundir corrupção com clientelismo político. Parte do que se mostrou até agora é feio, outra parte é eticamente condenável, mas nem tudo é crime. Ao lado das propinas e do suborno, estamos dissecando esse vício ancestral — não de todo ausente, mesmo nos países do Primeiro Mundo — ao qual damos o nome assaz genérico de clientelismo. **Segundo**, evitemos o desafio de derrubar a casa para apagar o fogo num dos quartos. O escândalo é horrendo, a crise aí está, mas pode ser resolvida dentro das regras constitucionais vigentes, sem antecipação de eleições ou qualquer outra panacéia de última hora. O Congresso Nacional, foco da crise, é também a única fonte possível para a sua solução. **Terceiro**, aproveitemos a oportunidade para uma reflexão séria a respeito das fontes da corrupção na estrutura política e econômica do País. O fato novo não é a corrupção, é o desejo de erradicá-la. É o fim da complacência. Essa é uma mudança importantíssima. Mas, por si só, a indignação não assegura a melhoria do nível ético do País. Para passar a um patamar mais elevado, é preciso implementar reformas institucionais que produzam esse resultado, de forma duradoura.

O que distingue o presente escândalo é, sem dúvida, o seu lado caricato. Com o que foi divulgado até agora, o deputado João Alves conseguiu o que muitos diriam impossível: piorou ainda mais a imagem do Congresso Nacional. Fez com que a opinião pública e as mais altas esferas da República levassem mais a sério a palavra de um criminoso confesso que a de representantes legitimamente escolhidos por urnas democráticas. Isso ele conseguiu sozinho: já nem falo dos demais anões, que podem ser baixos ou altos, sete ou setenta. Caricatura à parte, o que me parece mais grave nesse escândalo é que ele coloca na agenda, com a mesma imediata intensidade, problemas que podem ter solução imediata e problemas que certamente não têm. Coloca sob a luz dos refletores indivíduos que provavelmente se envolveram com práticas criminosas, e cujo destino portanto deve ser a cadeia, e indivíduos que praticaram a política como ela sempre foi praticada no Brasil — e, por que não dizê-lo, em quase todo o mundo.

Ou seja, o aspecto mais grave, o lado politicamente mais delicado desse episódio é haver exposto essa proximidade entre a corrupção propriamente dita e práticas de influência, pleitos municipais, pedidos corporativistas e sabe Deus mais o que; práticas que o cidadão repele com crescente veemência, que em sua maioria provavelmente distorcem prioridades orçamentárias, mas que não são, em si mesmas, criminosas. Aqui estamos falando da necessidade (e da oportunidade que agora se abre) para reformas institucio-



O FATO NOVO NÃO É
A CORRUPÇÃO, É O DESEJO
DE ERRADICÁ-LA.
É O FIM DA COMPLACÊNCIA.

nais, quer no funcionamento interno do Congresso, quer nos mecanismos eleitorais e partidários mediante os quais os parlamentares são eleitos. O tipo de corrupção que vem sendo exposto tem um parentesco muito próximo com o clientelismo e pode até ser visto como uma das modalidades deste; mas não podemos de forma alguma identificar a parte com o todo, pois aí estaríamos cometendo um erro gravíssimo. Se começarmos a identificar como criminosas todas as práticas que há décadas nos desagradam, e que evidentemente não se limitam ao Legislativo, sobrarão poucos inocentes. Se em vez de identificar a corrupção de maneira precisa, para chegarmos à de-

mitir, como fez o presidente da República — a antecipação das eleições, sob a alegação de que as instituições previstas na Constituição não conseguirão resolver a crise, é demonstrar falta de confiança nelas, como se alguma outra instância ou algum processo ainda não inventado a merecesse de maneira inequívoca. É como querer apagar o fogo deitando-lhe álcool. Além dessa grave implicação constitucional, por que presumir que a antecipação iria conferir maior legitimidade ao sistema político? A taxa de renovação na Câmara dos Deputados foi altíssima na última eleição, e nem por isso o cidadão comum deposita maior confiança na presente legislatura que na anterior. Em

UMA POSTURA MORAL
DIFERENTE ESTÁ
SE FORMANDO, AMPLA
E SEM PROPRIETÁRIOS.

vida punição dos criminosos, fizermos o contrário, misturando totalmente os conceitos, o resultado será a absoluta inviabilidade de se chegar à punição e, de quebra, um comprometimento perigoso e talvez irremediável do próprio Congresso Nacional como instituição.

Fonte do problema, o Congresso Nacional terá de ser também a fonte da solução, dentro das regras constitucionais vigentes. É inútil procurar panacéias ou atalhos casuísticos. E nem se diga que a antecipação das eleições constitucionalmente programadas para outubro de 1994 resolve esse problema (ou a crise geral do País). A duração fixa dos mandatos é a pedra angular do sistema democrático na modalidade presidencialista consagrada pelo plebiscito de 21 de abril. Propor — ou mesmo ad-

fevereiro ou março, é óbvio que as eleições teriam de ser realizadas nos termos da legislação partidária e eleitoral vigente, e com as atuais distorções na representação dos Estados na Câmara. Com um ano de prazo, já parece difícil introduzir as reformas e aperfeiçoamentos necessários. Na verdade, o encurtamento do prazo dificultará a própria renovação que, bem ou mal, tem ocorrido. Com apenas três ou quatro meses para organizar suas campanhas, os neófitos serão facilmente batidos pelos atuais deputados e senadores, que em sua maioria já têm esquemas eleitorais devidamente "azeitados". E para a Presidência da República? Temos aí diversos candidatos, o mais forte deles aparecendo com 20% ou 25% das preferências. Ou seja, nenhum é respaldado sequer por uma escassa maio-

ria dos eleitores; ao contrário, cada um é rejeitado por uma ampla maioria. A eleição em fevereiro ou março (em vez de outubro) tornaria Lula, Quêrcia, Maluf ou quem quer que seja mais aceitável perante aquela maioria que lhe é adversa? Dirá o leitor que a eleição em dois turnos faz esse milagre, pois garante a maioria absoluta dos votos ao vencedor. Convém lembrar que não se trata de milagre, e sim de aritmética elementar. Quando se tem apenas dois candidatos, um deles fatalmente terá a maioria absoluta. A maioria aritmética pode ou não alterar a situação de minoria política: em 1989, com Collor e Lula, não alterou coisa alguma, como os fatos subsequentes (corrupção à parte) se encarregariam de demonstrar.

O fato novo no Brasil não é a corrupção, é o desejo de erradicá-la. É a capacidade que a imprensa vem mostrando de investigá-la a fundo. É uma mudança em nossa cultura política que se torna a cada dia menos complacente. Este é o ponto onde Collor e PC Farias, assim como João Carlos Alves dos Santos, se enganam redondamente. Uma mão não lava a outra. Na verdade, esta investigação, erroneamente chamada de escândalo, mantém um vínculo com a anterior, é uma continuação do mesmo processo. Não teria esse impacto enorme se a sociedade e a imprensa não tivessem aprendido tanto com a CPI do impeachment.

Sabemos todos como as práticas políticas brasileiras foram moldadas por nossa formação colonial, pela debilidade da classe média e das associações civis, e em última análise pela brutal desigualdade de renda e riqueza. O modelo de industrialização adotado desde os anos 30, com forte presença empresarial do Estado e um extenso rol de pseudopolíticas sociais, revigorou sob muitos aspectos o velho patrimonialismo, base estrutural dessa corrupção a que hoje temos o privilégio de assistir ao vivo e em cores. Não nos esqueçamos de que, há apenas quatro décadas, o slogan "rouba mas faz" ajudava a ganhar eleição. Esse era o tamanho da nossa complacência. Durante várias décadas, elevadas taxas de crescimento econômico permitiram a acomodação de todos os interesses, por maiores que fossem as desigualdades. Hoje o panorama é outro. O empobrecimento dos últimos 15 anos, a inflação estratosférica e a desorganização que atingiu até os serviços sociais mais sérios tiraram o pouco de graça que aquela velha história pudesse ter. A vida diária é uma luta, nas ruas há uma guerra.

Nos anos 50, a bandeira da moralidade foi apropriada com exclusividade por uns poucos políticos conservadores, como Carlos Lacerda e Jânio Quadros. Se era boa para eles, devia ser ruim para a esquerda, que automaticamente a denunciava como "moralismo de classe média". Mas isso também mudou. Uma postura moral diferente está se formando, ampla e sem proprietários. O problema é consolidá-la, dar-lhe a devida feição institucional, por meio de reformas apropriadas.

O AUTOR

Bolívar Lamounier,
cientista político, é
pesquisador do
Idesp, em São
Paulo.

